

PODER

Pronunciamento em tom de campanha eleitoral

Em discurso, presidente Lula destaca avanços do seu governo, anuncia prioridades para o ano que vem e diz que Brasil venceu, apesar dos que “jogaram contra” o país

» WAL LIMA

No pronunciamento de Natal, em cadeia de rádio e tevê, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva exaltou feitos do governo e, em tom de campanha, deu alfinetadas na oposição. Ele também citou temas que devem ser prioridade para a gestão em 2026 e enfatizou que “o Brasil voltou a ser respeitado e admirado pelo mundo”.

Lula destacou que 2025 foi “histórico e difícil”, mas frisou que o povo venceu, apesar dos que trabalham contra o país. “E quando os fogos brilharem no céu, na noite do dia 31, estará encerrado um ano histórico no Brasil. Um ano difícil, com muitos desafios, mas um ano em que todos que torceram ou jogaram contra o Brasil acabaram perdendo. Um ano em que o povo brasileiro sai como o grande vencedor”, enfatizou, na noite de quarta-feira.

O chefe do Executivo mencionou o que chamou de “um desafio inédito”: o **tarifaço** dos Estados Unidos a produtos nacionais. Ele disse que a soberania e a democracia brasileiras saíram vencedoras ante a imposição feita pelo governo americano. “Mostramos ao Brasil e ao mundo que somos do diálogo, da fraternidade, e não fugimos à luta”, destacou. “Apostamos na diplomacia, protegemos nossas empresas e evitamos demissões. Negociamos o fim do tarifaço, e ultrapassamos, agora em dezembro, a marca de 500 novos mercados para os nossos produtos”, acrescentou.

Reprodução/YouTube



No pronunciamento em rádio e tevê, o presidente Lula colocou o fim da escala 6x1, sem redução de salário, como missão para o governo

Pontos do pronunciamento

Fim da escala 6 x 1

O presidente Lula disse que a redução da jornada de trabalho, sem diminuição do salário, é uma demanda que deve ser transformada em realidade. Ele ressaltou que o “direito ao tempo” é urgente e que é injusto que uma pessoa seja obrigada a trabalhar em seis dias da semana. O fim da escala 6x1 deve ser um dos principais motes do governo para 2026. O Planalto entende que a redução da escala de trabalho é uma pauta que mobiliza a sua base eleitoral e vai atuar para que o tema seja votado no ano que vem. A intenção do governo é propor uma jornada de trabalho 5x2 (ou seja, cinco dias de trabalho e dois de descanso por semana). Ao mesmo tempo, o Planalto vai sugerir uma jornada de 40 horas semanais, uma redução em relação às 44 horas atuais previstas na CLT.

Violência contra a mulher

Lula repetiu a tônica de discursos recentes e abordou o tema da violência contra a mulher. Ele voltou a dizer que vai liderar um “esforço nacional” que envolve ministérios,

instituições democráticas e a sociedade civil para combater a alta dos crimes. “Quero aproveitar este momento, também, para falar que um povo tão gentil e capaz de produzir coisas tão belas não pode aceitar a violência contra a mulher”, ressaltou.

Alfinetada na oposição

No pronunciamento, Lula afirmou que o ano de 2025 foi marcado pela derrota daqueles que, segundo disse, “torceram ou jogaram contra o Brasil”. O petista frisou que o povo brasileiro foi o “grande vencedor” no período “difícil” e marcado por “muitos desafios”. “E quando os fogos brilharem no céu, na noite do dia 31, estará encerrado um ano histórico no Brasil. Um ano difícil, com muitos desafios, mas um ano em que todos que torceram ou jogaram contra o Brasil acabaram perdendo”, enfatizou.

Tarifaço dos EUA

Durante o pronunciamento natalino, Lula frisou que o Brasil enfrentou um “desafio inédito” quando foi taxado em 50%



Um ano (2025) em que todos que torceram ou jogaram contra o Brasil acabaram perdendo. Um ano em que o povo sai como o grande vencedor”

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

conforme Lula, dará fôlego ao orçamento das famílias a partir de janeiro. “Para milhões de brasileiros e brasileiros, o último dia do ano também será o último dia com Imposto de Renda descontado no salário. A partir de janeiro, com o fim do Imposto de Renda, milhões de famílias terão um dinheiro extra todos os meses. Isso vai aliviar as contas, aquecer ainda mais a economia e beneficiar o país inteiro”, afirmou.

O petista lembrou que o país voltou a sair do Mapa da Fome, após investir na retomada do Bolsa Família, na valorização do salário mínimo, no apoio à agricultura familiar, na geração de empregos e na alimentação nas escolas. “O Brasil tinha saído dessa situação em 2014, mas andou para trás, e encontramos um país com 33 milhões de pessoas passando fome”, declarou.

No discurso, Lula enfatizou que

mais de dois milhões de pessoas deixaram o Bolsa Família em 2024 por melhora de renda. “Temos os menores índices de pobreza e desigualdade da história”, disse. Ele também destacou o programa Pé-de-Meia, que ajudou jovens a permanecerem na escola, além do Gás do Povo e Luz do Povo, voltados a famílias de menor renda. “Para completar, com a nova Carteira Nacional de Habilitação do Brasil, a carteira de motorista ficou até 80% mais barata e muito mais acessível”, acrescentou. Ainda segundo ele, a inflação acumulada nos últimos quatro anos será “a menor de todos os tempos”.

Lula ressaltou o retorno do Minha Casa, Minha Vida com ampliação para a classe média e a chegada do Reforma Casa Brasil. O presidente também lembrou da transposição do Rio São Francisco e afirmou que obras do Novo PAC estão presentes “em milhares de cidades”.

Mulheres

Ao falar à nação, Lula prometeu que o combate à violência contra a mulher será uma prioridade do governo. Ele anunciou que vai liderar um esforço nacional envolvendo ministérios, instituições públicas e a sociedade civil.

“Um povo tão gentil e capaz de produzir coisas tão belas não pode aceitar a violência contra a mulher”, ressaltou. “Nós, que somos homens, devemos fazer um compromisso de alma. Em nome de tudo que é mais sagrado, seja um aliado”, declarou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Master, ameaça sistêmica à superestrutura financeira e jurídica do país

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou o pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) para suspender a acareação determinada no caso do Banco Master e manteve a audiência entre o dono do Master, Daniel Vorcaro, o ex-presidente do Banco de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa e o diretor de Fiscalização do Banco Central, Ailton de Aquino. Esse procedimento é utilizado em investigações policiais e processos judiciais para confrontar pessoas que apresentaram versões diferentes sobre os mesmos fatos.

A PGR concordou que a acareação até poderia ser feita, em momento que pudesse, de fato, ser útil às investigações. Não é um caso trivial. O Banco Master é um iceberg que coloca em risco a estabilidade e a confiança no sistema financeiro brasileiro, fundamental para a estabilidade da economia desde a adoção do Proer. A questão suscita questionamentos éticos em relação aos ministros do STF envolvidos no caso e desgasta a mais alta Corte do país. Isso fragiliza o coração dos sistemas jurídico e financeiro do país: o Supremo e o Banco Central.

A acareação, apesar da resistência da PGR, projeta seus efeitos sobre dois pilares centrais da ordem institucional brasileira: a imagem do Supremo Tribunal Federal e a confiança no sistema financeiro regulado pelo Banco Central. Pela envergadura do problema, que envolve bilhões e bilhões e as principais instituições financeiras do país, o caso se tornou um risco sistêmico. De ofício, sem provocação da Polícia Federal ou da PGR, a acareação envolve os dois investigados centrais, o banqueiro Daniel Vorcaro e o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa e alto funcionário da autoridade supervisora, Ailton de Aquino, que não é investigado.

Do ponto de vista estritamente processual, a decisão é defensável. Do ponto de vista institucional, porém, ela desloca o Supremo para o epicentro de uma crise na qual se cruzam investigação criminal, regulação financeira e expectativas de estabilidade sistêmica. O caso Master já produziu um abalo no sistema financeiro ao consumir cerca de R\$ 41 bilhões do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Cerca de 1,6 milhão de investidores do Master, que detém R\$ 41 bilhões em depósitos bancários (CDBs), deverão ser resarcidos. O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) tem R\$ 122 bilhões em recursos líquidos. Foi o maior resgate da história do FGC, superando com folga episódios emblemáticos do passado, como os do Bamerindus, do Banco Nacional e do Banco Econômico, que também foram liquidados. A opção do então presidente Fernando Henrique Cardoso foi blindar o sistema financeiro de ingerências políticas. Inclusive quando o protagonista foi ninguém menos do que o falecido senador Antônio Carlos Magalhães, presidente do Senado, no caso do Econômico; nos demais, estavam envolvidos um banqueiro que era ministro de seu governo (Bamerindus) e a família de sua nora, os Magalhães Pinto.

Guardião de regras

Antes do Master, o maior resgate do FGC havia sido o do Banco Bamerindus, que somou R\$ 3,7 bilhões em 1997, o equivalente a R\$ 19,6 bilhões em valores corrigidos pela inflação. Agora, no caso Master, embora o Banco Central tenha conseguido cumprir seu papel e evitar o contágio imediato do sistema financeiro, o episódio revela fragilidades profundas na supervisão e na interação entre mercado, política e regulação. É nesse ponto que o Supremo vai para o olho do furacão, como ator direto numa crise que envolve relações entre bancos, autoridades reguladoras e redes de influência política. A simples presença de ministros — ainda que indireta ou pretérita — gera uma percepção corrosiva. Mesmo não havendo ilegalidade comprovada, existe erosão de imagem.

O risco não se manifesta na quebra de confiança entre investidores, reguladores e intermediários. A credibilidade do Banco Central está na sua autonomia técnica, previsibilidade regulatória e capacidade de agir tempestivamente, num mercado que é autorregulado. É verdade que a intervenção foi tardia, porém essa demora não deve ser discutida à sombra de pressões políticas e decisões judiciais atípicas. A consequência deixa de ser financeira e se torna institucional.

Nos anos 1990, o Proer nasceu justamente para preservar a confiança no sistema de pagamentos, separando banco bom de banco ruim, socializando custos de forma transparente e penalizando controladores. No caso Master, embora a liquidação extrajudicial tenha seguido o rito formal, a percepção pública é de que o BC demorou a agir e que agora está sob holofotes políticos e judiciais. O Supremo se desgasta porque se coloca como árbitro de conflitos que extrapolam sua função constitucional. Ao entrar no coração de uma crise bancária ainda em investigação, o STF corre o risco de ser associado não à solução, mas à amplificação do problema. É o guardião de regras, não protagonista de caso que exige discrição técnica e coordenação institucional.